

VSTM COMÉRCIO DE VEÍCULOS S.A.

Relatório do auditor independente

**Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2020**

VSTM COMÉRCIO DE VEÍCULOS S.A.

**Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2020**

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações do fluxo de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Administradores e Quotistas da
VSTM Comércio de Veículos S.A.
Brasília - DF

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da **VSTM Comércio de Veículos S.A. (“Sociedade”)**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **VSTM Comércio de Veículos S.A.** em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto, 15 de abril de 2021.



BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 DF 002567/F

A handwritten signature in blue ink, consisting of a large, stylized 'M' followed by a series of loops and a horizontal stroke.

Marcos Vinicius Galina Colombari
Contador CRC 2 DF 29356/O-1

VSTM COMÉRCIO DEVEÍCULOS S.A.

Balancos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de Reais)

Ativo				Passivo e patrimônio líquido			
	Nota	2020	2019		Nota	2020	2019
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	7	5.874	2.124	Fornecedores	13	18.618	24.218
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	8	9.544	7.053	Empréstimos e financiamentos	14	3.694	10.983
Estoques	9	14.750	27.683	Arrendamento mercantil	12	3.585	2.870
Adiantamentos a fornecedor		1.166	809	Adiantamentos de clientes	16	4.182	6.871
Impostos a recuperar		780	132	Salários, encargos sociais e tributos a recolher	17	3.172	1.861
Outros ativos		130	91	Imposto de renda e contribuição social a recolher		178	88
		32.244	37.892	Outras contas a pagar		1	1
						33.430	46.892
Não circulante				Não circulante			
Realizável a longo prazo				Passivos fiscais diferidos			
Ativos fiscais diferidos		599	-			-	2
Depósitos judiciais e outros		720	2.305	Empréstimos e financiamentos	14	9.714	1.795
		1.319	2.305	Arrendamento mercantil	12	16.163	4.808
						25.877	6.605
Imobilizado				Patrimônio líquido			
Direito de uso de arrendamento	10	16.674	8.817	Capital social	18	36.691	33.388
Intangível	11	38.370	38.364	Reserva legal		886	46
		73.031	54.857	Reserva de lucros		9.710	8.123
						47.287	41.557
Total do ativo		106.594	95.054	Total do passivo e patrimônio líquido		106.594	95.054

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

VSTM COMÉRCIO DEVEÍCULOS S.A.

Demonstrações do resultado

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de Reais)

	<u>Nota</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Receita operacional líquida	19	357.257	276.828
Custos das mercadorias vendidas e dos serviços prestados	20	(313.173)	(243.195)
Lucro bruto		44.084	33.633
Receitas/(despesas) operacionais			
Despesas comerciais	21	(14.767)	(11.803)
Despesas gerais e administrativas	22	(16.308)	(11.187)
Outras receitas/(despesas) operacionais líquidas		20	(43)
Resultado antes das receitas financeiras líquidas e impostos		13.029	10.600
Despesas financeiras	23	(3.162)	(2.945)
Receitas financeiras	23	185	188
Resultado financeiro líquido		(2.977)	(2.757)
Resultado antes dos impostos		10.052	7.843
Imposto de renda e contribuição social corrente	27	(3.427)	(2.644)
Imposto de renda e contribuição social diferido	27	601	(2)
Lucro líquido do exercício		7.226	5.197

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

VSTM COMÉRCIO DEVEÍCULOS S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de Reais)

	2020	2019
Lucro líquido do exercício	<u>7.226</u>	<u>5.197</u>
Resultado abrangente total	<u><u>7.226</u></u>	<u><u>5.197</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

VSTM COMÉRCIO DEVEÍCULOS S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros	Total do patrimônio líquido
Saldos em 1º de janeiro de 2019		33.388	46	2.926	36.360
Lucro líquido do exercício		-	-	5.197	5.197
Saldos em 31 de dezembro de 2019	18	33.388	46	8.123	41.557
Saldos em 1º de janeiro de 2020		33.388	46	8.123	41.557
Aumento de capital social		3.303	-	-	3.303
Lucro líquido do exercício		-	-	7.226	7.226
Reserva legal		-	840	(840)	-
Lucros distribuídos		-	-	(4.799)	(4.799)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	18	36.691	886	9.710	47.287

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

VSTM COMÉRCIO DEVEÍCULOS S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Valores expressos em milhares de Reais)

	2020	2019
Fluxo de caixa decorrente das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	7.226	5.197
Ajustes para:		
Depreciação e amortização	6.250	3.686
Resultado na venda de ativo imobilizado	18	56
Resultado na baixa de direito de uso de arrendamento	824	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(601)	2
Juros provisionados de empréstimos e financiamentos	727	404
Redução em contas a receber e outros recebíveis	(2.491)	(1.908)
Aumento/(redução) em estoques	12.933	(1.521)
Redução em adiantamentos a fornecedor	(357)	(303)
Aumento em impostos a recuperar	(648)	673
Aumento/(redução) em outros ativos circulantes	1.546	(2.143)
(Redução)/aumento em fornecedores	(5.600)	3.097
(Redução)/aumento em adiantamentos de clientes	(2.689)	3.194
Aumento em salários, encargos sociais e tributos a recolher	4.828	1.392
Juros pagos de financiamentos	(726)	(404)
Imposto de Renda e Contribuição Social pagos	(3.427)	(2.644)
Fluxo de caixa decorrente das atividades operacionais	17.813	8.778
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de imobilizado	(10.292)	(4.914)
Aquisição de intangível	(11)	(15.383)
Direito de uso de arrendamento	(14.964)	-
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimentos	(25.267)	(20.297)
Fluxo de caixa de atividades de financiamento		
Captação de empréstimos e financiamentos	14.601	21.296
Pagamento de empréstimos e financiamentos	(11.172)	(8.716)
Pagamento empréstimos e financiamentos - Partes relacionadas	(2.800)	(1.000)
Captação de arrendamento mercantil	14.964	-
Pagamento arrendamento mercantil	(2.078)	-
Baixa arrendamento mercantil - Covid19	(815)	-
Distribuição de lucros	(4.799)	-
Aumento de capital social	3.303	-
Fluxo de caixa proveniente das atividades de financiamento	11.204	11.580
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	3.750	61
Caixa e equivalentes de caixa em 1° de janeiro	2.124	2.063
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	5.874	2.124
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	3.750	61

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

1. Contexto operacional

A VSTM Comércio de Veículos S.A. (“Sociedade”), com nome fantasia EUROBIKE BRASÍLIA, tem sua sede localizada em Brasília - Distrito Federal e é uma concessionária de veículos nacionais e importados.

A Sociedade tem como objeto social o comércio de veículos e motocicletas, novos e usados, e peças e acessórios no comércio varejista de artigos do vestuário e souvenirs, consultoria em gestão de concessionárias de veículos, serviços de manutenção e reparação mecânica de veículos automotores e intermediação de venda de veículos e serviços de blindagem.

Efeitos do Coronavírus nas demonstrações contábeis

Em 30 de janeiro de 2020, a Organização Mundial de Saúde (“OMS”) anunciou uma emergência de saúde global devido a um novo surto de Coronavírus originário de Wuhan, China (o “surto de COVID-19”) e os riscos para a comunidade internacional, considerando a capacidade de o vírus se espalhar globalmente, indo além do seu ponto de origem. Em março de 2020, a OMS classificou o surto de COVID-19 como uma pandemia, com base no rápido aumento da exposição global.

A administração monitora ativamente a situação global em suas condições financeiras, liquidez, operações, fornecedores, setor e força de trabalho e adicionalmente, baseada nas melhores informações que se encontram disponíveis sobre as consequências econômicas, a Sociedade adotou as seguintes medidas na intenção de tentar minimizar os impactos sofridos:

- Cancelamento, por tempo indeterminado, dos investimentos previstos para os anos de 2020 e 2021;
- Adoção das possibilidades trazidas pela MP nº 927/20 do governo federal, utilizando-as com diligência para preservar e manter o nosso capital humano, tais como: antecipação de férias e banco de horas dos funcionários; e redução de 25% dos salários proporcionalmente à redução da jornada de trabalho, conforme CLT;
- Negociação com os arrendatários dos imóveis utilizados pelas concessionárias, reduzindo as despesas com aluguéis de 30% a 50%;
- Intensificação das vendas por meios digitais (redes sociais); e
- Serviços de “leva e traz” oferecido gratuitamente aos clientes das oficinas.

Todavia, a Sociedade adota regras de conduta e ações para contenção da COVID-19 para atendimento ao público, conforme protocolos e orientações dos órgãos competentes.

2. Base de preparação

a. Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC)

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), e segue os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pela Administração em 15 de abril de 2021. Após sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações contábeis.

Detalhes sobre as políticas contábeis da Sociedade, estão apresentadas nas Notas Explicativas nº 6.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela administração na sua gestão.

3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Sociedade. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação das demonstrações contábeis, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis da Sociedade e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revistos de uma maneira contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a. Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis estão incluídas na seguinte nota explicativa:

- Nota explicativa nº 12 - Direito de uso de arrendamento.

b. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos o exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2020 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa nº 10 - Imobilizado;
- Nota explicativa nº 11 - Intangível;
- Nota explicativa nº 12 - Direito de uso de arrendamento;
- Nota explicativa nº 26 - Provisões para contingência;
- Nota explicativa nº 27 - Ativos e passivos fiscais diferidos.

Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis requer a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Sociedade estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração dos valores justos. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo.

A Sociedade revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se a informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizado para mensurar o valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos do CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Sociedade usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos;
- **Nível 2:** *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preço);
- **Nível 3:** *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

▪
A Sociedade reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações contábeis em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na seguinte Nota Explicativa nº 24 - Instrumentos Financeiros.

5. Base de mensuração

As demonstrações contábeis da Sociedade foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado.

6. Resumo das principais políticas contábeis

A Sociedade aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis.

a. Receita operacional

(i) Venda de mercadorias

A receita operacional da venda de mercadorias (veículos novos e usados, peças, acessórios e agregados) no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando (i) os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, (ii) for provável que os benefícios econômico-financeiros fluirão para a Sociedade, (iii) os custos associados e a possível devolução de mercadorias possam ser estimados de maneira confiável, (iv) não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e (v) o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. A receita é medida líquida de devoluções, descontos comerciais e bonificações.

O momento correto da transferência de riscos e benefícios varia dependendo das condições individuais da modalidade da venda, mas normalmente coincide com o momento da retirada do produto vendido.

(ii) Bônus

O bônus recebido pela Sociedade das montadoras de automóveis é reconhecido quando já é certo que o seu recebimento ocorrerá e quando o valor pode ser mensurado com confiabilidade.

(iii) Serviços

A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado com base no estágio de conclusão do serviço na data de apresentação das demonstrações contábeis. O estágio de conclusão é avaliado por ordens de serviços referentes a trabalhos realizados.

b. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Sociedade compreendem:

- Rendimento sobre aplicações financeiras;
- Juros e multas recebidos;
- Despesas bancárias;
- Juros sobre financiamentos e mútuos;
- Juros sobre arrendamento mercantil;
- Impostos sobre operações financeiras;
- Descontos concedidos;
- Variações cambiais (ativa e passiva);
- Descontos obtidos.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado através do método dos juros efetivos.

c. Benefícios a empregados

(i) Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Grupo tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

(ii) Planos de contribuição definida

As obrigações por contribuições aos planos de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas com pessoal quando os serviços relacionados são prestados pelos empregados. As contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na extensão em que um reembolso de caixa ou uma redução em pagamentos futuros seja possível.

d. Imposto de Renda e Contribuição Social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 anual para Imposto de Renda e 9% sobre o lucro tributável para Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável anual.

A despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(i) Despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

(ii) Despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações contábeis e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

O imposto diferido não é reconhecido para:

- Diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil;
- Diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas, coligadas e empreendimentos sob controle conjunto, na extensão que a Sociedade seja capaz de controlar o momento da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não será revertida em futuro previsível;

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da controladora e de suas subsidiárias individualmente.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Sociedade espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

e. Estoques

Os estoques são avaliados com base no custo histórico de aquisição, acrescido de gastos relativos a transportes, armazenagem e impostos não recuperáveis que não excedem o valor realizável líquido, sendo as peças valorizadas pelo critério do custo médio ponderado e os veículos pelo custo de aquisição.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios deduzidos dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

f. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment).

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Sociedade. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

(iii) Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja certo que a Sociedade obterá a propriedade do bem ao final do arrendamento. Terrenos não são depreciados.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de Reais)

As vidas úteis médias estimadas para o período corrente e comparativo são as seguintes:

Descrição	Anos
Edificações	60
Máquinas e equipamentos	10
Móveis e utensílios	10
Veículos	5
Instalações	10
Benfeitorias	5

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

g. Ativos intangíveis

(i) Software

As licenças de programas de computador (“softwares”) e de sistemas de gestão empresarial adquiridas foram capitalizadas pelo custo e os gastos associados à manutenção dessas são reconhecidos como despesas quando incorridos.

A amortização é reconhecida no resultado pelo método linear baseada nas vidas úteis estimadas de cinco anos para os ativos intangíveis, a partir da data em que esses estão disponíveis para uso.

Métodos de amortização, vidas úteis e valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e ajustados caso seja adequado.

(ii) Direitos de concessão

Os direitos de concessão possuídos pela Sociedade são direitos de comercializar certas marcas de automóveis premium em uma certa localização.

Os direitos de concessão são renovados por prazo indeterminado, sendo seu término condicionado à venda dos mesmos para outra Sociedade.

A cada encerramento de exercício é realizado o teste de impairment dos direitos de concessão.

h. Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Sociedade é parte das disposições contratuais do instrumento.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de Reais)

Avaliação dos instrumentos financeiros, incluindo derivativos é registrada: (a) pelo seu valor justo por meio de resultado (VJR); e (b) pelo custo amortizado, atualizado conforme disposições legais ou contratuais, ajustado ao valor provável de realização, quando este for inferior.

(i) Ativos financeiros

Os ativos financeiros da Sociedade estão classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado ou custo amortizado.

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de ativos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Os principais ativos financeiros da Sociedade incluem caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes, adiantamentos a fornecedores e outros ativos.

O caixa e equivalentes de caixa estão a valor justo por meio do resultado. Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, investimento ou outros fins. A Sociedade considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

As contas a receber de clientes estão classificadas como custo amortizado. As contas a receber de clientes estão apresentadas a valores de realização. Quando necessário, a Administração constituiu provisão em montante considerado suficiente para os créditos cuja recuperação é considerada duvidosa, com base na avaliação individual de cada cliente.

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

- **Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado:** ativos financeiros a valor justo por meio do resultado (aqueles adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo) são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado;

- **Custo amortizado:** são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou “prêmio” na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado.

Um ativo financeiro é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiram;
- A Sociedade transfere os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assume uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repasse”; e (a) a empresa transfere substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a empresa não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transfere o controle sobre o ativo.

(ii) Passivos financeiros

A Sociedade determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial. Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo. Após reconhecimento inicial, os passivos financeiros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa efetiva de juros.

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

Os passivos financeiros da Sociedade incluem fornecedores, empréstimos e financiamentos, adiantamentos de clientes e outros passivos.

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os empréstimos e financiamentos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*pro rata temporis*). Os custos dos empréstimos são reconhecidos como despesas, de acordo com o regime contábil de competência, exceto quando atribuíveis a um ativo qualificável.

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor nominal e que equivale ao valor justo e, subsequentemente, quando aplicável, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

(iii) Capital social

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido.

i. Redução ao valor recuperável (impairment)

(i) Ativos financeiros não-derivativos

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- Inadimplência ou atrasos do devedor;
- Reestruturação de um valor devido a Sociedade em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- Indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência/recuperação judicial;
- Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- O desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento devido a dificuldades financeiras;
- Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

A Sociedade considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha ainda sido identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Sociedade utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Sociedade considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda, a provisão é revertida através do resultado.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Sociedade, que não os estoques e ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em unidades geradoras de Caixa (UGCs), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos, ou UGCs. O ágio de combinações de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

j. Provisões

Uma provisão é reconhecida em função de um evento passado, se a Sociedade tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

k. Arrendamentos

(i) Determinando quando um contrato contém um arrendamento

No início do contrato, a Sociedade determina se ele é ou contém um arrendamento.

No início ou na reavaliação sobre se um contrato contém um arrendamento, a Sociedade separa os pagamentos e outras contraprestações requeridas pelo contrato referentes ao arrendamento daqueles referentes aos outros elementos do contrato com base no valor justo relativo de cada elemento. Se a Sociedade concluir, para um arrendamento financeiro, que é impraticável separar os pagamentos de forma confiável, então o ativo e o passivo são reconhecidos por um montante igual ao valor justo do ativo; subsequentemente, o passivo é reduzido quando os pagamentos são efetuados e o custo financeiro associado ao passivo é reconhecido utilizando a taxa de captação incremental da Sociedade.

(ii) Ativos arrendados

Os arrendamentos, em cujos termos a Sociedade assume os riscos e benefícios inerentes à propriedade, são classificados como arrendamentos financeiros.

No reconhecimento inicial o ativo arrendado é medido pelo valor igual ao menor valor entre o seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. Após o reconhecimento inicial, o ativo é registrado de acordo com a política contábil aplicável ao ativo.

Os ativos referentes aos arrendamentos mercantis operacionais não são reconhecidos no balanço patrimonial da Sociedade, sendo reconhecidos como despesa à medida que os pagamentos das prestações contratuais são efetuados.

(iii) Pagamento de arrendamentos

Os pagamentos para arrendamentos operacionais são reconhecidos no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento. Os incentivos recebidos são reconhecidos como parte integrante das despesas totais de arrendamento, ao longo da vigência do arrendamento.

Os pagamentos mínimos de arrendamento efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados como despesas financeiras e redução do passivo a pagar. As despesas financeiras são alocadas em cada período durante o prazo do arrendamento visando produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo.

l. Apuração do resultado

O resultado das operações (receitas, custos e despesas) é apurado em conformidade com o regime contábil de competência dos exercícios.

m. Revisões e novas interpretações dos pronunciamentos contábeis

As seguintes revisões de normas entraram em vigência em 2020, porém não há impactos nas demonstrações contábeis da Sociedade no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020.

a) Definição de um negócio (alterações a IFRS 3):

As alterações a IFRS 3 são obrigatórias para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2020. A Sociedade deve aplicar a definição revisada de um negócio para as aquisições que ocorreram em ou após 1º de janeiro de 2020 para determinar se deveriam ser contabilizadas de acordo com a IFRS 3. Não é permitido reavaliar aquisições ocorridas antes da data de vigência da referida revisão.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de Reais)

b) Impactos da COVID-19 nas concessões de aluguel (Alterações a IFRS 16)

A partir de 1º de junho de 2020, a IFRS 16 foi alterada para fornecer um expediente prático para os locatários que contabilizam as concessões de aluguel recebidas como consequência direta da pandemia da Covid-19.

Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não estavam em vigor em 31 de dezembro de 2020

a) Contratos onerosos - Custo de cumprimento de contrato (Alterações à IAS 37)

Aplicam-se a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2022 para contratos existentes na data em que as alterações forem aplicadas pela primeira vez. A alteração determina de forma específica quais custos devem ser considerados ao calcular o custo de cumprimento de um contrato.

b) Outras normas

Para seguintes normas ou alterações não são esperados impactos significativos nas demonstrações contábeis da Companhia, a saber:

- Imobilizado - Receita antes do uso pretendido (Alterações à IAS 16);
- Melhorias anuais nas Normas IFRS 2018-2020 (Alterações a IFRS 1, IFRS 9, IFRS 16 e IAS 41);
- Referências ao quadro conceitual (Alterações à IFRS 3);
- Contratos de seguros (IFRS 17).

7. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Caixa e saldo bancário	811	1.160
Aplicações financeiras	5.063	964
	<u>5.874</u>	<u>2.124</u>

Caixa e equivalentes de caixa consistem em numerário disponível na Sociedade e saldos em poder de bancos.

A exposição da Sociedade a risco de crédito e análise de sensibilidade para os ativos e passivos estão apresentados na Nota Explicativa nº 25.

VSTM COMÉRCIO DE VEÍCULOS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Valores expressos em milhares de Reais)

8. Contas a receber de clientes e outros recebíveis

	<u>2020</u>	<u>2018</u>
Duplicatas a receber	5.480	1.937
Partes relacionadas (Nota Explicativa nº 15)	93	2
Cartões a receber	3.642	4.722
Outros créditos	329	392
	<u>9.544</u>	<u>7.053</u>

A Sociedade em 31 de dezembro de 2020 não possuía nenhuma operação que gerasse efeito significativo de ajuste a valor presente.

Em 31 de dezembro de 2020 não há títulos a receber vencidos em aberto. A provisão para perdas não foi constituída em razão de se considerar remota a possibilidade de perdas com base em valores atuais e históricos. A exposição da Sociedade a riscos de crédito e perdas por redução no valor recuperável assim como a composição por vencimento relacionadas a contas a receber de clientes e a outras contas são divulgadas na Nota Explicativa nº 25.

9. Estoques

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Veículos novos	9.472	18.841
Veículos usados	888	3.941
Motos novas	1.400	1.740
Motos usadas	-	484
Peças e acessórios	2.990	2.677
	<u>14.750</u>	<u>27.683</u>

Os estoques de peças e acessórios são avaliados pelo custo médio de aquisição e os de veículos são avaliados pelo custo específico de compra e não excedem ao valor de realização.

Em 31 de dezembro de 2020, a Administração da Sociedade não identificou a necessidade de constituir provisão para ajuste a valor líquido realizável ou perda por obsolescência de estoques.

VSTM COMÉRCIO DE VEÍCULOS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Valores expressos em milhares de Reais)

10. Imobilizado

	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Instalações	Obras em andamento	Benfeitorias	Total
Custo							
Saldos em 31 de dezembro de 2018	2.930	1.482	23	197	-	1.206	5.838
Adições	620	226	90	24	3.307	647	4.914
Baixas	(24)	(30)	-	-	-	(8)	(62)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	3.526	1.678	113	221	3.307	1.845	10.690
Adições	767	2.193	-	17	5.114	2.201	10.292
Baixas	(15)	(1)	-	-	-	(2)	(18)
Transferências	-	-	-	-	(7.186)	7.186	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	4.278	3.870	113	238	1.235	11.230	20.964
Depreciação							
Saldos em 31 de dezembro de 2018	(439)	(193)	(10)	(7)	-	(253)	(902)
Adições	(445)	(157)	(8)	(22)	-	(347)	(979)
Baixas	2	3	-	-	-	-	5
Saldos em 31 de dezembro de 2019	(882)	(347)	(18)	(29)	-	(600)	(1.876)
Adições	(551)	(255)	(41)	(23)	-	(1.545)	(2.415)
Baixas	1	-	-	-	-	-	1
Saldos em 31 de dezembro de 2020	(1.432)	(602)	(59)	(52)	-	(2.145)	(4.290)
Valor líquido contábil							
Em 31 de dezembro de 2019	2.646	1.331	96	192	3.307	1.244	8.816
Em 31 de dezembro de 2020	2.846	3.268	54	186	1.235	9.085	16.674

VSTM COMÉRCIO DE VEÍCULOS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Valores expressos em milhares de Reais)

Depreciação

A Administração efetuou a última revisão da vida útil estimada de seu ativo imobilizado para o exercício de 2020. Em 31 de dezembro de 2020 não houve alteração em relação às vidas úteis adotadas em 2019. A depreciação, quando aplicável, é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos e foi apropriada ao custo das mercadorias vendidas e dos serviços prestados e em despesas do exercício.

Obras em andamento

A Sociedade por contrato de cessão de uso de espaço, destinado para exploração comercial de revenda de automóveis, peças/acessórios e serviços automotivos, construiu no Aeroporto Internacional de Brasília - Presidente Juscelino Kubitschek, uma nova filial para comercialização da marca Porsche. A inauguração da loja foi em maio de 2020.

A Sociedade, por contrato de aluguel destinado para exploração comercial de revenda de automóveis; peças/acessórios e serviços automotivos, também está construindo em Goiânia, uma nova filial para comercialização da marca Porsche.

Os contratos têm vigência de dez anos e os valores totais (trazido a valor presente) foram reconhecidos no ativo como Direito de Uso e a obrigação de efetuar pagamentos como passivo de arrendamento.

11. Intangível

	Software	Direitos de concessão	Total
Custo			
Saldos em 31 de dezembro de 2019	91	38.359	38.450
Adições	11	-	11
Saldos em 31 de dezembro de 2020	102	38.359	38.461
Amortização			
Saldos em 31 de dezembro de 2019	(86)	-	(86)
Adições	(5)	-	(5)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	(91)	-	(91)
Valor líquido contábil			
Em 31 de dezembro de 2019	5	38.359	38.364
Em 31 de dezembro de 2020	11	38.359	38.370

(i) Em 24 de setembro de 2019, a Sociedade firmou contrato de compra da concessão e concessionária da marca BMW Motos na cidade de Brasília, no montante de R\$ 6.000.

VSTM COMÉRCIO DE VEÍCULOS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Valores expressos em milhares de Reais)

Direitos de concessão

Os valores registrados no ativo intangível, como direitos de concessão referem se exclusivamente a concessões adquiridas de outros concessionários, que por sua vez possuem prazo indeterminado.

Os valores determinados para as premissas chave representou a avaliação da Administração às tendências futuras no comércio de veículos *premium* e foram baseadas tanto em fontes externas como fontes internas (dados históricos). As premissas-chave utilizadas estão demonstradas abaixo e refletem a média ponderada dos testes de recuperação calculados:

Análise do valor de recuperação

Anualmente, a Sociedade determina os valores recuperáveis dos ativos intangíveis de vida útil indefinida, relacionados aos saldos de direito de concessão, com base em seu valor de uso. A Sociedade utilizou o mais recente cálculo detalhado do valor recuperável de tais ativos, em 31 de dezembro de 2019, para teste do valor recuperável em 31 de dezembro de 2020. Concluiu que os valores não geram ajustes materiais nas demonstrações contábeis.

12. Direito de uso do arrendamento e passivo de arrendamento

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Saldo em 1º de janeiro	7.676	-
Reconhecimento inicial em 1º de janeiro de 2019	-	7.320
Adição no período	14.964	2.986
Baixa no período	(824)	-
Depreciação acumulada no período	(3.829)	(2.630)
Saldo contábil líquido em 31 de dezembro	<u>17.987</u>	<u>7.676</u>
Custo	21.816	10.306
Depreciação acumulada no período	(3.829)	(2.630)
Saldo contábil líquido em 31 de dezembro	<u>17.987</u>	<u>7.676</u>

A Sociedade por contrato de cessão de uso de espaço, destinado para exploração comercial de revenda de automóveis, peças/acessórios e serviços automotivos, construiu no Aeroporto Internacional de Brasília - Presidente Juscelino Kubitschek, uma nova filial para comercialização da marca Porsche e está construindo em Goiânia, uma nova filial para comercialização da marca Porsche.

Os contratos têm vigência de dez anos e os valores totais (trazido a valor presente) foram reconhecidos no ativo como Direito de Uso e a obrigação de efetuar pagamentos como passivo de arrendamento.

VSTM COMÉRCIO DE VEÍCULOS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Valores expressos em milhares de Reais)

A mensuração do ativo de direito de uso corresponde ao valor inicial do passivo de arrendamento a valor presente pelas taxas de 7,32% ao ano, correspondente ao acumulado do IGP-M no ano de 2019. A amortização é calculada pelo método linear de acordo com o prazo remanescente dos contratos.

VSTM COMÉRCIO DE VEÍCULOS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Valores expressos em milhares de Reais)

Os contratos de arrendamento possuem passivos de arrendamento conforme demonstrado abaixo:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Saldo em 1º de janeiro	7.678	-
Reconhecimento inicial em 1º de janeiro de 2019	-	8.305
Adição no período	18.006	4.635
Baixa no período	(824)	-
Parcela do arrendamento no período	(2.301)	(2.738)
Reconhecimento inicial de juros a incorrer	-	(985)
Adição de juros no período	(3.042)	(1.649)
Juros sobre arrendamento no período	231	110
Saldo contábil líquido em 31 de dezembro	<u>19.748</u>	<u>7.678</u>
Circulante	3.585	2.870
Não circulante	16.163	4.808

Os juros sobre arrendamento são reconhecidos como despesa financeira e apropriados de acordo com o prazo remanescente dos contratos.

Os pagamentos do não circulante estão distribuídos da seguinte forma:

	<u>Valor (R\$)</u>
2022	3.494
2023	3.087
2024	2.688
2025 em diante	6.894
	<u>16.163</u>

Os impactos na demonstração de resultado de acordo com a norma CPC 06 (R2), foram que as contraprestações de arrendamento que anteriormente eram registradas como despesas de arrendamento passaram a ser reconhecidas nas linhas de depreciação e despesas financeiras. Muito embora o novo pronunciamento não trouxe nenhuma alteração no montante total que será levado ao resultado ao longo da vida útil do contrato, é correto afirmar que existe um efeito temporal no lucro líquido, com uma redução de R\$ 1.760 (R\$ 2 em 2019).

Com relação aos impostos, há um efeito temporal no imposto de renda e na contribuição social, uma vez que os valores reconhecidos são ajustados na base do lucro real, o qual se realizará à medida que os contratos de locações forem se realizando. E para os impostos recuperáveis PIS/COFINS, continuamos reconhecendo no resultado os créditos com base no pagamento das contraprestações.

Para fins tributários, é assegurado a neutralidade, tanto para imposto de renda e contribuição social, como para tomada de créditos de PIS/COFINS, não havendo, portanto, impacto na apuração dos respectivos impostos.

VSTM COMÉRCIO DE VEÍCULOS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Valores expressos em milhares de Reais)

13. Fornecedores

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Fornecedores de veículos	13.096	17.185
Fornecedores de peças	2.817	1.453
Fornecedores diversos	2.585	5.440
Fornecedores diversos - partes relacionadas (Nota explicativa nº 15)	120	140
	<u>18.618</u>	<u>24.218</u>

A exposição da Sociedade a riscos de liquidez relacionados a contas a pagar a fornecedores é divulgada na Nota Explicativa nº 25.

14. Empréstimos e financiamentos

Esta nota explicativa fornece informações sobre os termos contratuais dos empréstimos e financiamentos com juros, que são mensurados pelo custo amortizado. Para mais informações sobre a exposição da a riscos de taxas de juros e liquidez, veja Nota Explicativa nº 25.

Modalidade	Moeda	Indexador	Encargos	Ano de vencimento	2020	2019
Capital de giro	R\$	-	10,30% a.a	2021	714	2.975
Conta garantida	R\$	CDI	11,24% a.a.	2021	2	3.677
Cédula de Crédito Bancário	R\$	-	23,85% a.a.	2021	692	1.326
Cédula de Crédito Bancário	R\$	-	12,09 % a.a.	2023/2024	10.000	-
Empréstimos entre partes relacionadas (Nota explicativa nº15)	R\$	CDI	14,03% a.a.	2022	2.000	4.800
					<u>13.408</u>	<u>12.778</u>
Circulante					3.694	10.983
Não circulante					9.714	1.795

Cronograma de amortização da dívida

Em 31 de dezembro de 2020, o cronograma de amortização da dívida era o seguinte:

Exercício	<u>2020</u>	<u>2019</u>
2020	-	10.983
2021	3.694	1.795
2022	5.429	-
2023	3.095	-
2024	1.190	-
	<u>13.408</u>	<u>12.778</u>

Garantias

Para os empréstimos e financiamentos tomados pela Sociedade são concedidos garantias de aval do controlador.

15. Partes relacionadas

Controladora

Em 31 de dezembro de 2020, 58,62% (76,96% em 31 de dezembro de 2019) das quotas da Sociedade pertencem a BCLV Comércio de Veículos S.A., que detém o controle da Sociedade.

Remuneração de pessoal chave da administração

Os diretores são as pessoas chaves que têm autoridade e responsabilidade por planejamento, direção e controle das atividades da Sociedade. No exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019, foram pagos aos administradores benefícios de curto prazo (ordenados, salários, participação nos lucros, assistência médica, habitação, entre outros), contabilizados na rubrica “Despesas gerais e administrativas”.

Em 2020, a remuneração do pessoal-chave da administração, que contempla a direção da Sociedades totalizou R\$ 1.122 (R\$ 728 em 31 de dezembro de 2019).

Não foram pagos valores a título de: (a) benefícios pós-emprego (pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego); (b) benefícios de longo prazo (licença por anos de serviço e benefícios de invalidez de longo prazo); (c) benefícios de rescisão de contrato de trabalho; e (d) remuneração baseada em ações.

Outras transações com partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, bem como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas a operações com partes relacionadas, são apresentados a seguir:

VSTM COMÉRCIO DE VEÍCULOS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Valores expressos em milhares de Reais)

	Ativo		Passivo		Resultado	
	2020	2019	2020	2019	2020	2019
Ativo						
Contas a receber (a) - Nota nº 9						
Henry Visconde	48	2	-	-	68	4
Sergio Sebba	45	-	-	-	87	-
BCLV Comércio de Veículos S.A.	-	-	-	-	85	25
BMMOT Comércio de Veículos Ltda.	-	-	-	-	1	-
BBAG Comércio de Veículos Ltda.	-	-	-	-	2	-
ILLAN Empreendimentos e Participações Ltda.	-	-	-	-	-	455
Total de contas a receber - Nota nº 9	93	2	-	-	243	484
Outros ativos (d)						
BCLV Comércio de Veículos S.A.	522	2.179	-	-	-	-
Total do ativo	615	2.181	-	-	243	484
Passivo						
Empréstimos e financiamentos						
Mútuo financeiro a pagar (c) - Nota nº 15	-	-	(2.000)	(4.800)	(318)	(754)
Fornecedores						
Fornecedores diversos						
ASSIC Empreendimentos (b)	-	-	(120)	(140)	(1.000)	(1.680)
BCLV Comércio de Veículos S.A. (a)	-	-	-	-	(128)	(958)
BMMOT Comércio de Veículos Ltda.	-	-	-	-	(13)	-
BBAG Comércio de Veículos Ltda.	-	-	-	-	(198)	-
	-	-	(120)	(140)	(1.339)	(2.638)
Fornecedores de peças (a)						
BCLV Comércio de Veículos S.A. (a)	-	-	-	(2)	-	(17)
Fornecedores de veículos (a)						
ILLAN Empreendimentos e Participações Ltda.	-	-	-	-	182	-
BBAG Comércio de Veículos S.A. (a)	-	-	1.659	-	3.150	-
Total de fornecedores - Nota nº 13	-	-	(140)	(140)	(2.655)	(2.655)
Total do passivo	-	-	(4.940)	(4.940)	(3.409)	(3.409)

- (a) Transações comerciais de venda e compra de mercadorias e prestação de serviços no curso normal das operações.
- (b) Refere-se à locação de imóveis para operação da Sociedade.
- (c) Mútuos financeiros tomados junto a acionista e membros próximos, sendo corrigidos mensalmente a taxa pré-fixada e registrado no resultado em despesas financeiras.
- (d) Contrato de conta corrente firmado entre as empresas da Sociedade para suprir necessidades de capital de giro.

16. Adiantamentos de clientes

	2020	2019
Adiantamentos de clientes de veículos	3.902	6.162
Adiantamentos de clientes de pós-vendas	280	709
	4.182	6.871

VSTM COMÉRCIO DE VEÍCULOS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Valores expressos em milhares de Reais)

17. Salários, encargos sociais e tributos a recolher

	2020	2019
Provisão de férias e 13º salário	1.201	800
Salários e encargos sociais	1.198	706
Tributos a recolher	773	355
	<u>3.172</u>	<u>1.861</u>

18. Patrimônio líquido

Capital social

O capital social autorizado subscrito e integralizado está representado por 44.762.756 quotas (34.092.756 em 31 de dezembro de 2019) no valor de R\$ 0,83 cada (R\$ 1,00 em 31 de dezembro de 2019), pertencentes aos seguintes acionistas:

	2020 Participação	2019 Participação
BCLV Comércio de Veículos S.A.	58,62	76,96
Sergio Sebba	18,21	18,04
Paulo de Tarso	3,81	5,00
Henry Visconde	17,86	-
Alexandre Carvalho Gaeta	1,50	-
	<u>100,00</u>	<u>100,00</u>

Ações ordinárias e destinação dos lucros

Todas as ações têm os mesmos direitos com relação aos ativos líquidos residuais da Sociedade. Do total do lucro líquido do exercício, será destinado a parcela de 50% (cinquenta por cento) para constituição de fluxo de caixa da Sociedade, sendo que o saldo remanescente ficará à disposição dos sócios que decidirão sobre a destinação dos lucros apurados mediante deliberação.

VSTM COMÉRCIO DE VEÍCULOS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Valores expressos em milhares de Reais)

19. Receita operacional líquida

A reconciliação das receitas brutas para a receita líquida das vendas de veículos, motos, bônus, peças e serviços é como segue:

	2020	2019
Receita de venda de veículos novos	258.682	209.219
Receita de venda de veículos usados	33.953	37.720
Receita de venda de motos novas	27.213	1.804
Receita da oficina	22.343	19.901
Receita de bônus das concessionárias	7.600	4.086
Receitas de venda de peças e acessórios	5.027	2.742
Receitas de agregados	5.008	3.483
Receita de venda de motos usadas	1.174	558
Total da receita bruta	361.000	279.513
Menos		
COFINS sobre venda	(1.627)	(844)
ICMS sobre venda	(1.050)	(1.069)
ISS sobre serviços prestados	(452)	(337)
PIS sobre venda	(353)	(183)
IPI sobre venda	(53)	(7)
Devoluções	(208)	(245)
Total devoluções e impostos	(3.743)	(2.685)
Total de receita	357.257	276.828

As receitas operacionais da Sociedade são oriundas das vendas de veículos e motocicletas novos e usados, peças e acessórios e serviços de manutenção e reparação mecânica de veículos automotores. Os resultados das operações são apurados em conformidade com o regime contábil de competência.

20. Custos por natureza

	2020	2019
Custos		
Custo de venda de veículos novos	(238.708)	(192.229)
Custo de venda de veículos usados	(30.673)	(35.574)
Custo de venda de motos novas	(24.828)	(1.709)
Custo da oficina	(14.421)	(11.411)
Custos de venda de peças e acessórios	(3.407)	(1.732)
Custo de venda de motos usadas	(1.136)	(540)
	(313.173)	(243.195)

VSTM COMÉRCIO DE VEÍCULOS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Valores expressos em milhares de Reais)

21. Despesas comerciais por natureza

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Despesa com salários e encargos	(5.379)	(4.343)
Outras despesas	(3.722)	(3.433)
Despesa com comissão de vendas	(2.558)	(1.814)
Despesa com publicidade e propaganda	(1.536)	(516)
Despesa com fretes e carretos	(1.149)	(813)
Despesa com eventos	(423)	(884)
	<u>(14.767)</u>	<u>(11.803)</u>

22. Despesas gerais e administrativas por natureza

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Despesa com depreciação e amortização	(6.250)	(3.687)
Despesa com consultoria e assessorias	(3.051)	(2.716)
Outras despesas	(2.445)	(1.675)
Despesa com salários e encargos	(2.310)	(1.631)
Despesa com aluguéis	(782)	(555)
Despesa com telefonia e dados	(435)	(270)
Despesa com energia elétrica	(355)	(287)
Despesa com manutenção e conservação	(333)	(222)
Despesa com limpeza	(140)	(2)
Despesa com segurança	(77)	(62)
Despesa com material de consumo	(75)	(5)
Despesa com taxa e emolumentos	(55)	(75)
	<u>(16.308)</u>	<u>(11.187)</u>

23. Receitas/(despesas) financeiras líquidas

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Despesas financeiras		
Juros sobre financiamentos	(1.784)	(1.768)
Despesas bancárias	(709)	(418)
Descontos concedidos	(466)	(254)
Impostos sobre operações financeiras	(198)	(505)
Variação cambial	(5)	-
	<u>(3.162)</u>	<u>(2.945)</u>
Receitas financeiras		
Descontos obtidos	105	22
Rendimentos sobre aplicações financeiras	65	49
Juros e multas recebidos	15	87
Variação cambial	-	30
	<u>185</u>	<u>188</u>
	<u>(2.977)</u>	<u>(2.757)</u>

VSTM COMÉRCIO DE VEÍCULOS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de Reais)

24. Instrumentos financeiros

Riscos de crédito

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações contábeis foi:

	Valor contábil	
	2020	2019
Contas a receber	9.544	7.053
Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	5.874	2.124
	15.418	9.177

Risco de liquidez

Os passivos financeiros da Sociedade referem-se basicamente as Rubricas “Fornecedores”, “Adiantamentos de clientes”, “Empréstimos e financiamentos” e “Outras contas a pagar”. Os saldos de “Fornecedores” serão exigíveis dentro dos próximos exercício e a exigibilidade dos saldos de “Empréstimos e financiamentos” está descrita na Nota Explicativa nº 14.

Risco cambial

Exposição à moeda estrangeira

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 não há instrumentos financeiros expostos à moeda estrangeira e não há derivativos contratados e não liquidados para cobrir o risco de taxa de câmbio, quando existente.

Risco de taxa de juros

Perfil

Na data das demonstrações contábeis, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros da Sociedade era:

Contas patrimoniais expostas a este risco	2020	2019
Aplicações financeiras expostas ao CDI	937	964

Classificação dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são classificados como: a) ativo ou passivo financeiro mensurado ao valor justo contra o resultado; b) ativo ou passivo financeiro mensurado ao valor justo contra o outros resultados abrangentes; e c) passivos financeiros mensurados a custo amortizado. A classificação é realizada com base nos seguintes critérios:

a. Ativo ou passivo financeiro mensurado ao valor justo contra o resultado

São os ativos ou passivos financeiros que satisfaçam os seguintes critérios: (i) adquirido ou originado principalmente com a finalidade de venda ou de recompra no curto prazo; (ii) parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que são gerenciados em conjunto e para os quais exista evidência de um padrão recente de realização de lucros a curto prazo; ou (iii) um derivativo. O principal ativo ou passivo financeiro que a Sociedade possui classificado nesta categoria é: “Caixa e Equivalentes de Caixa e Aplicações financeiras” - (vide Nota Explicativa nº 7).

b. Passivos financeiros não mensurados ao valor justo (custo amortizado)

Outros instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de taxa de juros efetiva. Os principais passivos financeiros classificados nesta categoria são: (i) “fornecedores” (vide Nota Explicativa nº 13); (ii) “empréstimos e financiamentos” (vide Nota Explicativa nº 14); (iii) “adiantamentos de clientes (vide Nota Explicativa nº 16); e (iv) “outras contas passivas”.

25. Gestão de capital

Os objetivos da Sociedade ao administrar o capital são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos sócios e benefícios às outras partes interessadas, bem como otimizar a estrutura de capital com foco na manutenção de indicadores monitorados pela Gerência Financeira e Administração. Esses indicadores correspondem aos índices:

Descrição	Índice
De liquidez corrente (ativo circulante pelo passivo circulante)	Maior ou igual a 1
De alavancagem financeira (*)	Maior que 1

(*) Se o grau de alavancagem financeira (GAF) for maior que 1,0 indica que a alavancagem será considerada favorável: o retorno do Ativo Total (conjunto de bens e direitos da Sociedade, expressos em moeda) será razoavelmente maior que a remuneração paga ao capital de terceiros.

VSTM COMÉRCIO DE VEÍCULOS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Valores expressos em milhares de Reais)

Os índices de liquidez e alavancagem estão demonstrados abaixo:

	2020	2019
Ativo circulante	32.244	37.892
Passivo circulante	33.430	46.892
Índice de liquidez	0,96	0,81
Resultado do exercício	7.226	5.197
Patrimônio líquido	47.287	41.557
RPL (retorno sobre o patrimônio líquido)	0,15	0,13
Resultado do exercício	7.226	5.197
Ativo total	106.594	95.054
RAT (retorno sobre o ativo total)	0,07	0,05
GAF (grau de alavancagem financeira) RPL/RAT	2,14	2,60

26. Provisão para contingência

A Sociedade, no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos judiciais de naturezas tributária, cível, trabalhista e previdenciária. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para contingências.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a Sociedade, não possui processos com probabilidades de perdas prováveis e possíveis. Portanto, de acordo com as práticas contábeis, não havendo necessidade de reconhecer ou divulgar nas demonstrações contábeis qualquer tipo de riscos de contingências.

27. Imposto de Renda e Contribuição Social

a. Conciliação da despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social correntes (a pagar) são calculados e registrados com base no resultado tributável, incluindo os incentivos fiscais que são reconhecidos à medida do pagamento dos tributos e considerando as alíquotas previstas pela legislação tributária vigente. O saldo provisionado e o resultado dos tributos incidentes sobre o lucro estão compostos a seguir:

VSTM COMÉRCIO DE VEÍCULOS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Valores expressos em milhares de Reais)

	2020	2019
Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	10.052	7.843
Imposto de Renda diferido e Contribuição Social diferida	601	(2)
Adições	4.148	2.774
Exclusões	(4.468)	(2.628)
Lucro real	10.333	7.987
Alíquota (24%)	2.480	1.917
Adicional (10%)	1.009	775
(-) Deduções	(62)	(48)
IRPJ - Imposto de Renda Pessoa Jurídica	(2.497)	(1.925)
CSLL - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	(930)	(719)
	(3.427)	(2.644)

28. Eventos subsequentes

Em 2021, as medidas restritivas adotadas na fase emergencial não afetaram fortemente a Sociedade, devido ao funcionamento do departamento de Pós-Venda, classificado como serviço essencial, e a comercialização dos veículos por canais on-line.

Contudo, nos períodos de lockdown, é apresentada uma queda significativa das vendas, pois as oficinas precisam ser fechadas e não é possível realizar as entregas de veículos aos clientes.